

 Clorine Borba Zanlourensi¹
 Suellen Secchi Martinelli¹
 Cristine Garcia Gabriel¹
 Claudia Soar¹
 Camila da Silva Florintino¹
 Maurício Soares Leite¹
 Janaina das Neves¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina , Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, SC, Brasil.

Correspondência

Clorine Borba Zanlourensi
clorineborba@gmail.com

Editor Associado

 Fabiana Bom Kraemer

Perspectivas de agricultores familiares quilombolas sobre o fornecimento de produtos para a alimentação escolar

Perspectives of quilombola family farmers on the supply of food products for school feeding

Resumo

Objetivo: Analisar as percepções de uma comunidade quilombola, situada no litoral do estado de Santa Catarina/Brasil, sobre o fornecimento de alimentos para a alimentação escolar. **Métodos:** Abordagem etnográfica realizada na Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato. Baseou-se em observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas e informais com produtores quilombolas; moradores e representantes da comunidade. Os dados foram transcritos e analisados a partir da hermenêutica de Geertz. **Resultados:** No Morro do Fortunato, a compra pública de alimentos da agricultura familiar para o PNAE tem permitido um retorno gradual da agricultura como alternativa econômica a ocupações pouco valorizadas e mal remuneradas. As dinâmicas envolvidas nesse processo apontam garantia de autonomia, dignidade e cidadania, principalmente entre as mulheres. No entanto, há impasses, como atrasos no pagamento, problemas com espaço físico, dificuldades no atendimento da demanda e entressafras. **Conclusões:** Os impactos do fornecimento para o PNAE superam a dimensão estritamente econômica e são, nesta perspectiva, dificilmente traduzíveis em números, revelando o empoderamento de homens e mulheres quilombolas, sua agência e protagonismo.

Palavras-chave: Minorias Étnicas e Raciais. Alimentação Escolar. Política Pública. Segurança Alimentar e Nutricional. Cultivos Agrícolas.

Abstract

Objective: To analyze the perceptions of a quilombola community located on the coast of Santa Catarina State, Brazil, on the supply of food products for school feeding. **Methods:** An ethnographic approach was adopted to study the quilombola community of Morro do Fortunato. Data were collected by participant observation and semi-structured informal interviews with quilombola farmers, residents, and community representatives. The data were transcribed and analyzed using Geertz's hermeneutics. **Results:** In Morro do Fortunato, the sale of foods from family farms through *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE, National School Feeding Program) has enabled

the gradual reestablishment of agricultural production as an economic alternative to low-valued and low-paid occupations. The dynamics involved in this process indicate the guarantee of autonomy, dignity, and citizenship, particularly among women. However, some setbacks were identified, such as payment delays, problems with physical infrastructure, difficulties in meeting demands, and off-season periods. **Conclusions:** The impacts of food sales through PNAE go beyond the economic dimension and, from this perspective, are difficult to translate into numbers, revealing the empowerment, agency, and protagonism of quilombola men and women.

Keywords: Ethnic and Racial Minorities. School. Feeding. Public Policy. Food Security. Agricultural Cultivation.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi o país que mais escravizou pessoas negras em toda a América, recebendo cerca de 4 milhões de africanos sequestrados entre os anos de 1500-1822.¹ Muitos negros fugidos ou libertos da escravidão formaram comunidades chamadas de quilombos. Esses agrupamentos, que resistiram até hoje, são chamados de Comunidades Remanescentes de Quilombos, e seus moradores, como “quilombolas”.

Com a abolição da escravidão, essas comunidades ficaram invisibilizadas por 100 anos, panorama que começou a se modificar com a Constituição Brasileira de 1988,² que atribui ao Estado brasileiro a responsabilidade de emitir títulos de propriedade de terra aos quilombolas.³ Entretanto, somente em 2003 esse processo foi regulamentado, mas apresentou inúmeras barreiras burocráticas.^{4,5}

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população quilombola no país chega a 1.320.000 pessoas. Deste total, apenas 106.202 viviam em territórios oficialmente delimitados, o equivalente a 12,6% da população quilombola. Uma proporção ainda menor, de 4,3%, reside em territórios já titulados, o que aponta para os sérios entraves enfrentados na garantia de seus territórios.⁶

No Brasil, o povo negro enfrenta inúmeras desigualdades que ultrapassam a esfera socioeconômica e que, social e historicamente construídas, o desfavorece e resulta em desigual acesso a bens e serviços e em indicadores de saúde e nutrição amplamente desfavoráveis na comparação com a população brasileira como um todo.^{7,8} Nos levantamentos sobre saúde e nutrição realizados entre comunidades remanescentes de quilombos, a Insegurança Alimentar e Nutricional é um denominador comum entre as comunidades. Um marco nos estudos sobre o tema, a Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas, realizada em 2011, avaliou comunidades em todo o país e registrou Insegurança Alimentar e Nutricional em 56% dos domicílios incluídos no estudo, prevalência que chegava a 86,3% no Baixo Amazonas.⁹

Em estudo recente realizado junto a uma comunidade quilombola no estado do Maranhão, a totalidade das famílias experienciava algum grau de Insegurança Alimentar.¹⁰ Além disso, as comunidades quilombolas apresentam-se particularmente vulnerabilizadas quando comparadas à população rural não quilombola localizada nas mesmas regiões.¹¹ Trata-se, contudo, de um cenário essencialmente incompleto, em que a escassez de informações conduz a uma “danosa invisibilidade demográfica e epidemiológica”, que se estende a outras minorias étnicas e populacionais e contribui ativamente para a reprodução e a manutenção das desigualdades de cunho étnico-racial no país.¹²

De modo geral, as comunidades quilombolas estão localizadas em áreas rurais, onde os moradores trabalham em atividades agrícolas sobrevivendo da produção agrícola de pequena escala (subsistência e comércio esporádico).¹³ Distribuídos em comunidades dispersas pelo país, têm em comum a vulnerabilização social e econômica, expressa em indicadores socioeconômicos e de saúde desfavoráveis frente a outros segmentos da população brasileira.¹⁴ Os quilombolas também têm baixas perspectivas de emprego fora das comunidades, limitando as possibilidades de acesso à renda.¹⁵ Além disso, 98,2% das comunidades quilombolas estão ameaçadas, devido a projetos de infraestrutura, solicitações de mineração e sobreposições com propriedades privadas.¹⁶

Neste cenário, a garantia de acesso a políticas públicas é fundamental para a redução das desigualdades. Destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que subsidia a alimentação de aproximadamente 40 milhões estudantes diariamente matriculados em 150 mil escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias.¹⁷ Ele se caracteriza como o programa de Segurança Alimentar e Nutricional de maior longevidade do país e é considerado um dos maiores e mais abrangentes programas na área de alimentação escolar do mundo.¹⁸

A Lei nº 11.947/2009 prevê que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a execução do PNAE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.¹⁹ A aquisição dos produtos deve ser realizada por meio de Chamada Pública, dispensando o processo licitatório,¹⁹ e se torna uma alternativa para a geração de renda desses agricultores, auxiliando na promoção de direitos básicos.²⁰

Entretanto, mesmo com esses dispositivos legais, a compra da produção de agricultores quilombolas pelo PNAE ainda não é amplamente realizada em todos os municípios brasileiros, havendo importantes obstáculos para que ela se concretize.²¹ Destacam-se a falta de estrutura física adequada, a localização remota e a ausência de veículos de transporte, além do pouco ou nenhum acesso a financiamentos e apoio técnico.²²⁻²⁴ Também há dificuldades para participação em chamadas públicas, devido à complexidade na elaboração de documentos e na modificação de seus processos produtivos.²⁵

No âmbito do PNAE, a compra da produção local da agricultura familiar tem sido examinada e discutida na literatura sob diversos enfoques.^{26,27} No entanto, as perspectivas dos agricultores e membros das comunidades têm sido relegadas a segundo plano nas pesquisas, a despeito de sua indiscutível importância e centralidade nas dinâmicas e processos sociais envolvidos. No caso da alimentação escolar quilombola, o panorama é mais uma vez o de escassez de informações, o que compromete o acompanhamento e a avaliação das dinâmicas e impactos do programa em um segmento particularmente vulnerabilizado. Embora haja um número crescente de estudos sobre a temática, o quadro descrito ainda é essencialmente incompleto frente à população quilombola atendida pelo PNAE. Dessa forma, é importante e oportuno dar voz a esses sujeitos. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar as percepções de uma comunidade quilombola, situada no litoral do estado de Santa Catarina/Brasil, sobre o fornecimento de alimentos para a alimentação escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa etnográfica, na vertente simbólica ou hermenêutica da Antropologia. Foi realizada na Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato, situada a cerca de 8 km do centro de Garopaba e aproximadamente 78 km de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.^{28,29}

A pesquisa foi baseada em observação participante, com a permanência da pesquisadora em campo durante o período da pesquisa, visitando, acompanhando e participando de atividades de produção de alimentos para o PNAE. O trabalho também envolveu entrevistas semiestruturadas e informais com agricultores familiares quilombolas, moradores e representantes da comunidade. O trabalho de campo teve a duração de 45 dias, de fevereiro a abril de 2019. A pesquisadora ficou hospedada na casa de uma moradora da comunidade, que produzia e fornecia doces para o PNAE.

Todas as informações foram anotadas em um diário de campo e a análise documental relativa aos processos de aquisição da produção local pelo PNAE também foi efetuada sempre que necessário. As entrevistas e observações de campo foram transcritas e analisadas a partir da hermenêutica de Geertz.³⁰ Os nomes dos interlocutores foram preservados, e os trechos de falas estão identificados pelo código "I", representando a palavra "informante". Cada informante recebeu um código numerado, e ao lado está especificado de qual grupo de atores sociais ele faz parte e sua idade.

A coleta de dados se iniciou após o aceite da associação comunitária da comunidade quilombola do Morro do Fortunato e da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, e após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC,

parecer n. 3.007.492). Durante a pesquisa de campo, todos os esclarecimentos sobre o estudo foram devidamente fornecidos aos sujeitos, que tiveram liberdade em aceitar ou não a participação na pesquisa. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

A Comunidade Morro do Fortunato foi fundada no final do século XVIII e permanece situada no mesmo espaço geográfico, em uma faixa de terra à época doada por um proprietário de terras. No momento da coleta de dados, havia 182 moradores constituindo 46 núcleos familiares, dez dos quais forneciam produtos para o PNAE. Todas as 46 casas que compõem a comunidade são de alvenaria, possuem energia elétrica e coleta de lixo pela prefeitura do município. A água, encanada, é proveniente de uma fonte próxima, sem tratamento no ambiente. A Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade como quilombola no ano de 2006, e desde 2007, passados já 17 anos, ainda prossegue junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o processo de titulação do território.

O PNAE e a agricultura familiar no Morro do Fortunato

A organização de grupos de agricultores familiares para venda ao PNAE iniciou-se a partir do apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), uma empresa pública vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina. À época, a EPAGRI ministrou cursos de elaboração de doces e biscoitos. Em 2006, também apoiou a produção comercial de verduras, provendo sementes e apoiando a montagem de um sistema de irrigação para a horta da comunidade. A prefeitura de Garopaba forneceu tratores para o preparo inicial do terreno.

Além disso, em 2008 a comunidade recebeu apoio do Governo Federal para investir na produção de alimentos, que contemplou a fabricação de doce de banana e biscoitos, e permitiu a ampliação do cultivo comercial do fruto. Mais recentemente, em 2018, uma família iniciou a produção de polpa de maracujá, com o objetivo de comercializá-la para o PNAE. No mesmo ano iniciou, com o apoio social do Movimento Negro Unificado, a produção de pães caseiros para participação em chamada pública das escolas do Estado de Santa Catarina. Tanto a polpa de maracujá quanto os pães estão sendo fornecidos para o PNAE desde então.

Contemporaneamente, a agricultura só passou a ser vista pelos produtores como uma fonte viável de renda a partir da aquisição da produção pelo PNAE. As falas dos agricultores o assinalam claramente:

Agora com a alimentação escolar eles estão se interessando em plantar... eles só plantavam para si, mas agora têm um interesse que é para a merenda escolar, que eles sabem que podem vender. (I1, agricultora, 52 anos)

Antigamente a gente vivia da roça... aí os mais novos foram arrumando trabalho fora e os mais velhos acabaram abandonando a roça por terem idade avançada... agora mudou, algumas coisas ficaram melhor, a gente tem mais facilidade pra oferecer as coisa... o maracujá é entregue na merenda, ano passado vendi 300 kg para a prefeitura e esse ano pediram 600 kg. (I2, agricultor, 54 anos).

[...] a merenda escolar, toda semana tem dia de entrega, a gente já sabe que aquele alimento vai ser vendido (I3, agricultora, 41 anos)

Até a coleta dados, os agricultores familiares do Morro do Fortunato se dividiam em seis subgrupos que produziam e forneciam para o PNAE: doce de banana; doce de banana e biscoito caseiro; banana orgânica; verduras orgânicas; polpa de maracujá orgânico; e pães caseiros. Não há cooperativismo na comunidade e a participação nos editais depende de apoio técnico externo, o que tem acontecido com a participação de nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação e eventuais apoiadores externos à comunidade.

Muito mais do que renda: a comercialização para o PNAE e o trabalho feminino quilombola

No Morro do Fortunato, as histórias de vida das mulheres mais velhas guardam uma dura semelhança: comumente entre 11 e 15 anos deixavam a família para trabalhar em casas de famílias brancas, geralmente na cidade de Florianópolis, como empregadas domésticas e cuidadoras de crianças. Os relatos detalham um pouco esta dinâmica de trabalho:

[...] trabalhei como doméstica, não tinha 14 anos, eu cuidava de duas crianças, da casa e cozinava... (I1, agricultora, 52 anos)

Eu sentia falta da família. E o pai sabia até o dia que eu recebia pra ajudar na casa. Não tinha como eu ficar com o dinheiro pra comprar uma roupa porque eles tavam quase passando fome. (I4, agricultora, 44 anos)

Conforme os relatos acima, entende-se que havia a necessidade de trabalharem fora, para auxiliarem na renda das famílias, porque eram muito pobres.

[...] minha mãe passou muita necessidade, nós somos em cinco irmãs e quatro irmãos. Veja, quatro deles nasceram com algum retardamento e uma com deficiência no olho, eu acho que porque ela [a mãe] passava fome na gravidez, ela contava que ela repartia um ovo cozido pra quatro filhos. (I1, agricultora 52 anos)

[...] quando era nova comia só peixe, carne e frango fui comer bem mais tarde, acho que porque não conseguia comprar. (I5, moradora da comunidade, 44 anos)

Garopaba é uma cidade do litoral de Santa Catarina, destino turístico muito procurado, que demanda trabalhadores temporários no comércio e rede hoteleira durante o verão. No entanto, os moradores do Morro do Fortunato relatam ser discriminados nos processos seletivos, nunca ocupando as vagas oferecidas:

Se você for nas lojas de Garopaba não vê vendedora negra. Tenho uma sobrinha que fez várias entrevistas e não foi chamada. Aí depois aparece a pessoa dizendo que precisa de funcionária no "Facebook". Aqui negro não tem vez. (I5, moradora da comunidade, 44 anos)

Eles só dizem "a gente vai avaliar e depois chama". Eles querem negro pra limpar chão, ficar escondido, não na frente do balcão. (I3, agricultora, 41 anos)

Desta forma, como ocupação remunerada restava às mulheres o trabalho doméstico assalariado, informal e desvalorizado. Para parte das mulheres da comunidade, no entanto, a agricultura familiar começa a representar, hoje, uma alternativa real, assim como para homens que deixaram seus trabalhos assalariados e atividades informais:

[...] eu sempre falava quando trabalhava fora que ia largar tudo e trabalhar na agricultura. Na padaria não tinha vida, dormia bem cedo pra acordar cedo. Não podia sair, fazer nada, trabalhava no final de semana. Saí da padaria quando vi que a horta começou a render um dinheirinho... agora a agricultura é minha principal fonte de renda. (I6, agricultor, 29 anos).

[...] eles [filhas e sobrinho] vão tocando, vão trabalhando... e eu quero, porque eles sempre trabalhavam fora, agora trabalham ali, não precisam trabalhar pros outros, tocando fogão pras outras (I7, agricultor, 67 anos).

Além disso, sair para trabalhar em Garopaba em idade escolar interferiu na realização ou conclusão dos estudos por essas mulheres. Eram frequentes os relatos de que as meninas paravam de ir à escola e não retomavam mais os estudos. Mesmo voltando a residir em Garopaba, elas seguiram por muitos anos trabalhando como domésticas e não terminaram sua formação. Enquanto os mais jovens conseguem algum acesso à universidade a partir das políticas afirmativas, como o sistema de cotas raciais e o Programa de Bolsa Permanência,^a o analfabetismo ainda é uma realidade para vários moradores com mais de 60 anos.

Desafios enfrentados pelos agricultores do Morro do Fortunato no fornecimento para o PNAE

Os agricultores familiares mencionaram dificuldades para atender às demandas do PNAE, que constituíam obstáculos para a adesão de mais núcleos familiares ao fornecimento de produtos para o programa. Eles incluem aspectos logísticos, os calendários de fornecimento de produtos e também o recebimento do pagamento pelos produtores, entre outros aspectos. Em termos de estrutura física e logística, o espaço físico existente para a produção de doces, bolachas e pães é limitado, correspondendo unicamente à cozinha da Associação Comunitária do Morro do Fortunato, que é partilhada pelos vários grupos de produtores e um grupo de mulheres artesãs. Além disso, ali também era produzida a alimentação escolar do Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

A dificuldade com a cozinha é muita... não temos muito tempo pra fazer nosso trabalho. Antes era dividido os dois grupos, agora tem aula ainda [EJA]... agora nem sei como a gente vai fazer pra produzir e entregar. (I14, agricultora, 48 anos).

Somam-se a isto a falta de veículos e a distância da comunidade até os locais de entrega da produção. Os calendários de entrega também constituem obstáculos à adesão dos produtores. Não são incomuns pedidos de elevados volumes de produto em períodos dificilmente exequíveis; os agricultores ainda sofrem com os períodos de entressafra dos produtos agrícolas, quando não conseguem atender à demanda do PNAE. Também são impactados durante as férias escolares, quando cessam as compras. Isto ocasiona insegurança financeira, sobretudo quando a produção é direcionada unicamente para o programa. Alguns produtores do Morro vendem seus produtos em outros locais, mas o volume assim comercializado não chega a igualar o que vendem para o PNAE.

Em geral, dentre as dificuldades enfrentadas, um dos principais entraves são os atrasos no pagamento dos produtos fornecidos. Essa situação prejudica os produtores, visto que entregam o produto pronto, com

^a O Programa de Bolsa Permanência visa contribuir para a permanência e a diplomação de estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em instituições federais de ensino superior. Para isso, concede mensalmente um valor de R\$900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e R\$400,00 para os demais cadastrados.³⁴

gastos prévios de matéria-prima, embalagens e gás de cozinha (dependendo do grupo), e porque alguns grupos vivem exclusivamente da renda dos produtos fornecidos à alimentação escolar. Como um relato ilustra:

[...] estamos fornecendo desde o dia 29 de janeiro e até agora [abril] não recebemos nada. Aí tem que pagar os gastos do que já foi entregue, fora o que ainda vai gastar. (I8, agricultora, 30 anos)

[...] tudo o que compramos é à vista, e precisamos de produtos para fazer as receitas. O que a gente entregou esse ano pra merenda escolar, a gente não recebeu ainda. (I1, agricultora, 52 anos)

Ademais, o processo de participação em editais e chamadas públicas exige familiaridade com aspectos técnicos envolvidos na formulação das propostas e infraestrutura mínima (computadores, impressoras e internet). No caso da comunidade do Morro do Fortunato, o apoio de indivíduos ou organizações externas à comunidade tem sido fundamental, e inclui a atuação do Movimento Negro Unificado e de nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba. Além disso, a associação comunitária conseguiu dispor de infraestrutura que viabiliza a participação nos editais.

Outro desafio é a titulação do território quilombola do Morro do Fortunato, que está em processo aberto no INCRA desde 2007. Segundo informações de gestores do município de Garopaba, os agricultores familiares da comunidade apenas conseguiram suas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) por possuírem um documento do INCRA que comprovava que as terras estavam em processo de reconhecimento para titulação.

Perspectivas no Morro do Fortunato: a agricultura familiar no longo prazo

A partir dos impactos causados pela agricultura familiar na vida pessoal e profissional dos produtores quilombolas, é possível observar que eles têm perspectivas individuais e coletivas positivas sobre o futuro. Eles esperam vender mais nos próximos anos, trabalhando apenas no próprio negócio, e alguns grupos pretendem empregar moradores da própria comunidade.

[...] olha, pretendo daqui pra frente nós trabalhar pra nós mesmos e se precisar dar serviço pro pessoal daqui, porque eu acho que a demanda vai aumentar. Gerar até serviço pra quem tá aqui, né? (I14, agricultora, 48 anos)

Além disso, os grupos que produzem geleias, doce de banana, biscoitos e pães planejam ter suas próprias cozinhas. Também é possível perceber que uma das agricultoras quilombolas está realizando curso superior em Nutrição e vê os produtos como um potencial trabalho depois de formada, conforme o relato:

Eu imagino que a gente tenha um lugar próprio, vou tentar isso esse ano já. A sala é um lugar comunitário, desde a limpeza, a questão de organização também é complicado, porque acontece de tudo ali né, grupo de Mães, almoço, café... e eu gosto de trabalhar com vendas, gosto de produzir, ter alguma geleia diferente e com rótulo assinado por mim, é outra coisa, né? (I15, agricultora e universitária, 30 anos)

DISCUSSÃO

Diversos estudos de caso sobre o funcionamento do PNAE em comunidades quilombolas apontam que, a despeito dos avanços e da indiscutível importância do programa, hoje referência em nível mundial,³¹⁻³³ o programa ainda tem um longo caminho a percorrer para realizar todo o seu potencial junto a um segmento de seu público particularmente vulnerabilizado. Além dos obstáculos enfrentados no processo de compras públicas da agricultura familiar, os estudos registram outros problemas a serem superados, que incluem a inadequação nutricional e cultural da alimentação fornecida aos escolares, com cardápios indiferenciados nos quais os ultraprocessados são comuns.³¹⁻³⁴

Ao mesmo tempo, o Morro do Fortunato é exemplo do potencial de impacto das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar, pois o agricultor já produz itens com a garantia de venda, promovendo impactos positivos no desenvolvimento econômico local. O incentivo e o fortalecimento da agricultura familiar são fundamentais, viabilizando a permanência dos agricultores no campo, gerando ocupação e empregos, desenvolvimento local e melhoria de renda.^{20,35} Os desdobramentos, portanto, são múltiplos, e geralmente contam com o apoio de lideranças locais.³⁶

Os relatos dos produtores apontam uma perspectiva otimista acerca do futuro da agricultura familiar, em que o fornecimento para o PNAE vem tendo papel preponderante. Os agricultores pretendem, em um planejamento de longo prazo, expandir a produção e as vendas, e melhorar a estrutura física necessária para a fabricação de produtos artesanais.

A despeito dos impactos positivos, persistem importantes desafios no cotidiano dos produtores quilombolas envolvidos no fornecimento de alimentos para o PNAE, que demandam reformulações específicas no programa que possibilitem sua superação. Os atrasos nos pagamentos e a interrupção na demanda de alimentos no período das férias escolares vulnerabilizam-nos economicamente, exigindo medidas direcionadas à garantia do recebimento dos recursos em caráter regular e o apoio à articulação com outros nichos de mercado, que demandem a produção agrícola nos períodos em que o PNAE não o faça.

Esses problemas não estão limitados aos agricultores quilombolas: a título de exemplo, o problema dos atrasos nos pagamentos das compras é tão frequente em outros contextos que chega a ser apontado como um dos fatores relacionados à não adesão de agricultores familiares ao fornecimento para o FNDE.³⁷ Considera-se, no entanto, que entre os primeiros, seu impacto é particularmente grave, diante de sua reconhecida situação de desigualdade e de vulnerabilidade social. É importante ressaltar que, dentre todas as dificuldades, o atraso é em larga medida evitável e desnecessário, pois os municípios e estados recebem mensalmente o recurso financeiro destinado à compra de gêneros alimentícios para o PNAE, incluindo a agricultura familiar.²²

Os obstáculos ao fornecimento da produção local de povos e comunidades tradicionais para a alimentação escolar, que incluem aspectos como a documentação necessária e as exigências da legislação sanitária, vêm sendo de longa data objeto de debates e iniciativas para sua superação. A partir de junho de 2022, a DAP pode ser substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF),³⁸ permanecendo, no entanto, válidas as DAPs emitidas até então.

Antes mesmo, ainda em 2016, uma visita do Ministério Público Federal à Terra Indígena Yanomami resultou na criação da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), com o objetivo expresso de “viabilizar o acesso à venda da produção tradicional de povos indígenas por meio dos programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme), entre outros”.³⁹

A iniciativa e as articulações que se seguiram, por sua vez, resultaram na edição de uma série de Notas Técnicas do MPF e do FNDE, assim como na produção de um conjunto de manuais e cartilhas voltados a orientar produtores e gestores.⁴⁰ Em termos mais amplos, o sucesso e as implicações da iniciativa tiveram como desdobramento sua ampliação em âmbito nacional, com a instituição, pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF, em 2021, da Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil. O objetivo era aprofundar as discussões acerca dos obstáculos e possibilidades de superação nos processos de comercialização da produção das comunidades indígenas e tradicionais para o PNAE.⁴¹

No que se refere especificamente à documentação exigida aos produtores, um importante avanço foi a edição, em 2023, pela Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), de nota técnica que flexibiliza a exigência de DAP ou do CAF (Cadastro de Agricultores Familiares), orientando as entidades executoras a aceitar o registro no Número de Identificação Social (NIS) e a orientar os produtores na atualização de seus cadastros.⁴²

Em um panorama no qual o acesso à renda depende, em termos gerais, de atividades econômicas nas quais predominam a informalidade e a baixa remuneração – caso do Morro do Fortunato –, a comercialização de produtos locais para o PNAE é uma alternativa francamente favorável. Os impactos das compras públicas da produção de povos e comunidades tradicionais, contudo, não se limitam aos aspectos econômicos. Eles incluem a proteção de modos tradicionais de vida; garantem uma alimentação mais próxima às práticas alimentares locais, mais fresca, variada, orgânica e sustentável; reduzem o impacto ambiental; e contribuem para a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar das comunidades.⁴³ No entanto, uma importante nuance, que chama a atenção entre as falas quilombolas, não tem sido apontada pelos estudos, e diz respeito ao papel das mulheres nessas dinâmicas. Trata-se aqui de uma nuance que coloca em debate a vulnerabilidade e ao mesmo tempo o protagonismo feminino quilombola.

Se a compra da produção da agricultura familiar quilombola no Morro do Fortunato tem possibilitado um retorno gradual desta como alternativa econômica a ocupações pouco valorizadas e mal remuneradas, as dinâmicas envolvidas apontam desdobramentos de ordem social que vão muito além da renda auferida com a comercialização. Para as mulheres, a articulação com o PNAE revela significados e impactos sociais que extrapolam a dimensão estritamente econômica. Isto é particularmente significativo em um cenário marcado por desigualdades sociais, como aquele vivido pelos habitantes do Morro do Fortunato e, em termos mais amplos, pelas comunidades quilombolas distribuídas por todo o país.

No Brasil, em 2009, a renda média das mulheres negras representava 40% daquela de homens brancos, enquanto a de mulheres brancas representava 68%, demonstrando os impactos da combinação de racismo e sexismo no mercado de trabalho.⁴⁴ Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual de trabalho infantil doméstico (10 e 15 anos) está diminuindo com o passar dos anos. No entanto, a proporção de meninas negras (21,8%) continua elevada, quando comparada à de meninas brancas (12,6%), refletindo a permanência da desigualdade racial como fator estruturante da realidade brasileira.⁴⁵

Em 2015, a ocupação das mulheres negras como empregadas domésticas (18%) no mercado de trabalho representava quase o dobro em relação às mulheres brancas (10%).⁴⁶ Isto se deve, em grande parte, ao lugar historicamente reservado aos negros no mercado de trabalho – de funções braçais ou pouco qualificadas, mal remuneradas e sem quaisquer direitos trabalhistas. Contemporaneamente, isto se traduz em trabalhos instáveis, informais e de baixa remuneração.^{47,48}

Diante desse quadro, no Morro do Fortunato chama a atenção o protagonismo feminino, em que as mulheres assumem papel de destaque nas diversas frentes produtivas da comunidade. Em termos

econômicos, a aquisição da produção local pelo PNAE representa uma alternativa viável e promissora, garantindo o destino da produção, a permanência de agricultoras e agricultores em suas terras e sua autonomia, enquanto no cenário nacional os negros ocupam majoritariamente postos de trabalho subalternos, mal remunerados, informais e com menor ou nenhuma proteção trabalhista. No entanto, como os relatos das mulheres quilombolas apontam, mais do que alternativas econômicas, as dinâmicas envolvidas nesse processo revelam desdobramentos de ordem social que vão além da renda auferida com a comercialização. Elas mudam trajetórias individuais e coletivas, e nos falam sobre autonomia, dignidade e cidadania.

Por fim, o reconhecimento oficial da singularidade da trajetória histórica quilombola, de sua relação com o território e de seu direito a ele constituem aspectos centrais da luta por direitos sociais dos remanescentes de quilombos em Garopaba e em todo o país. Esse reconhecimento e a titulação de suas terras garantem o acesso a diversas políticas e programas sociais, que incluem o apoio aos agricultores familiares quilombolas e programas como o PNAE. E a morosidade dos processos legais de reconhecimento dessa mesma singularidade é uma eloquente evidência da negação sistemática de direitos a este segmento da população brasileira.

Trata-se aqui de uma expressão evidente do racismo institucional, em que “políticas, práticas e estruturas que perpetuam a exclusão e a marginalização das comunidades quilombolas”.¹⁰ A transformação desse panorama é um passo imprescindível para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional dessas coletividades.

CONCLUSÕES

Em termos amplos, o estudo confirmou a importância do PNAE e programas e políticas públicas que garantam os direitos fundamentais das comunidades quilombolas. Mais especificamente, evidenciou os impactos positivos da aquisição, pelo PNAE, da produção da agricultura familiar quilombola no Morro do Fortunato, bem como a persistência de desafios à participação desses produtores no Programa. Em uma trajetória que vem se desenrolando e se ampliando há mais de uma década, as narrativas dos agricultores apontam ainda para o papel fundamental de atores-chave da comunidade que buscaram apoio de instituições e movimentos sociais externos, onde se destaca o Movimento Negro Unificado.

As falas dos agricultores apontam impactos que não podem ser reduzidos à sua dimensão econômica, indo muito além dela na medida em que revelam o empoderamento de homens e especialmente mulheres quilombolas, sendo estas centrais a todo o processo. Apontam, ainda, para a agência e o protagonismo dessas mulheres.

Se é possível calcular os impactos econômicos das mudanças no cenário, os desdobramentos sociais, a autonomia, a agência e o protagonismo que passam a viver e exercer têm, em suas falas, um valor incalculável, irreduzível a números. Eles assumem significado particular no Brasil contemporâneo, onde políticas relacionadas à garantia da alimentação e nutrição e aos direitos sociais das minorias étnicas e populacionais – incluindo aqueles referentes aos territórios quilombolas – foram sistematicamente desmontadas pelo próprio Estado brasileiro desde 2016, em um quadro que só recentemente dá sinais de reversão, com a retomada crescente de políticas e programas sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a comunidade quilombola Morro do Fortunato pelo acolhimento de forma tão generosa. Esta pesquisa só foi possível graças à confiança e compartilhamento das vivências de cada quilombola que abriu suas portas, dedicou seu tempo e contribuiu com suas histórias, saberes e vivências.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Território Brasileiro e Povoamento: Negros [Internet]. [Citado 15 set 2022]. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=No continente americano%2C o Brasil,terço de todo comércio negreiro.>
2. Gibson Cunha F, Albano da Costa SG. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica*. 2017;64:153. <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864>
3. Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [Internet]. Brasília, DF: Senado Federal; 496 p. 2022 [citado 19 abr 2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
4. Brasil. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação... [Internet]. Brasília, DF: 2003 [citado 19 abr 2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias%2C.
5. Oliveira MDJ. Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para as comunidades quilombolas: uma análise a partir da transversalidade de gênero e raça/etnia. [master's thesis]. Brasília: Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça; 2014; 43p.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE. 2023.
7. Pereira ME. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. 2011;16(3):271-8. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>
8. da Cunha RRT, dos Santos A de O. Anieli Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultura no Brasil. *Psicol USP*. 2014;25(3):317-29. <https://doi.org/10.1590/0103-656420130013>
9. Pinto AR, Borges JC, Novo MP, Pires PS. Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em debate*, n. 20. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; 214 p., 2014.
10. Câmara JHR; István Van Deursen Varga; Frota MTBA; Silva HP. Racismo e insegurança alimentar: mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia legal brasileira. *Cien Saude Colet*. 2024;29:e16672023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.16672023>
11. Coimbra Jr. CEA, Santos RV. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2000;5(1):125-132. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100011>
12. da Silva EKP, de Medeiros DS, Martins PC, de Almeida Sousa L, Lima GP, Rêgo MAS, et al. Food insecurity in rural communities in Northeast Brazil: Does belonging to a slave-descendent community make a difference? *Cad Saúde Pública*. 2017;33(4):1-14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00005716>
13. Brandão AA, Dalt S Da, Souza SC de. Comunidades quilombolas e o Programa Nacional de Habitação Rural. *Novos Cad NAEA*. 2018;21(1):79-98. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.4045>

14. Laguardia J. Raça, genética e hipertensão: nova genética ou velha eugenia? *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. 2005;12(2):371-93. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200008>
15. Vieira ABD, Monteiro PS. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da Bioética de Intervenção. *Saúde em Debate*. 2013;37(99):610-8. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000400008>
16. Oviedo A, Lima WP, Sousa FC. As Pressões Ambientais nos Territórios Quilombolas no Brasil. [Citado 22 maio 2024]. 13p. Disponível em: [file:///C:/Users/windows%2010/Downloads/Pressoes-Ambientais-nos-Territorios-Quilombolas-no-Brasil%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/windows%2010/Downloads/Pressoes-Ambientais-nos-Territorios-Quilombolas-no-Brasil%20(1).pdf).
17. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. [Internet] 2022 Abr 28 [citado 15 jul 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/caderno-de-legislacao-2022-do-pnae-ja-esta-disponivel-no-portal-do-fnde>
18. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Cien Saude Colet*. 2010;18(4):909-16. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>
19. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília; 2009 [citado 15 jul 2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
20. Anjos LA dos. Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas. *Minist do Desenvolv Soc*. 2013;1-16.
21. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Dados da Agricultura Familiar [Internet]. [Citado 15 jul 2022]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>
22. Marques A de A, Fernandes M das GM, Leite IN, Viana RT, Gonçalves M da CR, de Carvalho AT. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: O caso de Araripe, Ceará. *Saúde e Soc*. 2014;23(4):1316-28. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400017>
23. Neto JMS, Lima CMD. Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas. *Diversitas Journal*. 2016;1(2):127-139. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v1i2.471>
24. Bezerra, G. J.; Schlindwein, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações*. 2017;18(1):315. [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01))
25. Assis TRP, França AGM, Coelho AM. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2019;57(4):577-593. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>
26. Afonso LFC, Correa NAF, Silva HP. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil. *Segurança Aliment e Nutr*. 2019;27(091):e020003. <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8652861>
27. Carvalho AS, Oliveira E Silva D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no quilombo de Tijuaçu, Brasil: A produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface CommunHeal Educ*. 2014;18(50):69-83. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0804>
28. Hartung MF. Nascidos na fortuna - o grupo do Fortunato: identidade e relações interétnicas entre descendentes de africanos e europeus no litoral Catarinense [master's thesis]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina; 1992; 222p.
29. Albuquerque MT. Negros em Garopaba - SC: Experiência Quilombola nas Comunidades da Aldeia e do Morro do

Fortunato. [master'sthesis]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina; 2014; 191p.

30. Geertz C. A Interpretação das Culturas. - I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008; 323 p.
31. Machado PM de O, Schmitz B de AS, González-Chica DA, Corso ACT, Vasconcelos F de AG de, Gabriel CG. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciênc saúde coletiva*. 2018;23(12):4153-64. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>
32. Oliveira NB, Santos AR, Cardoso EAM. Programa Nacional de Alimentação Escolar e Educação Quilombola: A Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista/BA. *Revista Amazônida*. 2018;3(1):46-64. <https://doi.org/10.29280/rappge.v3i1.4428>
33. Fortunato JGM, Monego ET, Martins KA, Piscoya M, Oliveira GAL. Avaliação da alimentação escolar: o cenário das comunidades remanescentes de quilombos em Goiás. *Segur. Aliment. Nutr., Campinas*, 2023;30(1):1-11. <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8666895>
34. Correa NAF, Luis Cardoso FC, Silva HP. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces entre a cultura alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Amazônica - Revista de Antropologia*. 2020;12(1):145-163. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8497>
35. Gazolla M, Schneider S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no rio grande do sul. *RevEcon e Sociol Rural*. 2013;51(1):45-68. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>
36. Sousa LM de, Martins KA, Cordeiro M de M, Monego ET, Silva SU da, Alexandre VP. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. *Ciênc Saúde Colet*. 2013;18(4):987-92. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400011>
37. Carvalho DG de. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. *Planejamento e Políticas Públicas [Internet]*. 2009;32 [citado 22 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/12>
38. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Portaria SAF/MAPA nº 293. [Internet]. [Citado 22 maio 2024]. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-saf/mapa-n-293-de-19-de-dezembro-de-2022-452044541>.
39. Ministério Público Federal. Criação e atuação da Catrapoa [Internet]. [Citado 22 mai 2024]. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/am/alimentacao-tradicional_OFF/a-catrapoa.
40. Ministério Público Federal. Documentos e publicações: Catrapovos Brasil [Internet]. [Citado 22 mai 2024]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes>.
41. Ministério Público Federal. A Catrapovos Brasil.[Citado 22 maio 2024]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/a-catrapovos>.
42. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota técnica nº 3744623/2023/didaf/cosan/cgpae/dirae. [Citado 22 maio 2024]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/documentos-e-publicacoes/nota-tecnica-fnde>.
43. Ministério Público Federal. Alimentação tradicional nas escolas. [Citado 23 maio 2024]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil/alimentacao-tradicional-nas-escolas>.
44. Nações Unidas do Brasil. Afro: 2011 ano internacional das e dos afrodescendentes [Internet]. Brasil: ONU; 2011[citado 15 jul 2022]. 12p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214060>.

45. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4 ed. Ipea: Brasília, 2011. 39p.
46. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015 [Internet]. 2017 [citado 15 set 2022]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf
47. dos Santos EF, Scopinho RA. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. ArqBrasPsicol [citado 22 out 2024]; 2011;63:26-37. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004
48. Kalckmann S, Santos CG dos, Batista LE, Cruz VM da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? Saúde e Soc. 2007;16(2):146-55. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>

Colaboradores

Zanlourensi CB participou da concepção do estudo, coleta, análise e interpretação de dados, redação e revisão final do manuscrito; Martinelli SS e Gabriel CG participaram na concepção, redação e revisão final do manuscrito; Soar C e Florintino CS participaram na redação e revisão final do manuscrito; Leite MS e Neves J participaram da concepção do estudo, análise e interpretação de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido 15 de maio de 2023

Aceito: 23 de junho de 2024